

A AUSÊNCIA DO COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA NO EIXO VII DA EJA SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES

Denise de Lima Santiago Figueiredo¹

Este estudo tem por objetivo analisar a ausência do componente curricular Língua Portuguesa sob o olhar dos estudantes da EJA. Os participantes da pesquisa são estudantes do III Tempo Formativo, Eixo VII da Rede Estadual de Ensino do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa e Colégio Estadual Henrique Brito, do município de Teixeira de Freitas – Bahia. Para coleta de informações foi aplicado um questionário contendo perguntas fechadas e abertas aos educandos. O resultado da pesquisa revelou a insatisfação dos estudantes da EJA – público cada vez mais jovem – em relação a atual constituição do currículo do Ensino Médio para esta modalidade de ensino na Bahia, por perceberem que a ausência de alguns componentes curriculares traz prejuízos para a continuidade dos estudos, entre eles a Língua Portuguesa. Além disso, a pesquisa também evidenciou que a formação oferecida por este componente curricular, através da formação leitora e escrita, possibilita aos educandos, dentro de seu contexto social, o acesso a uma educação que de fato seja elemento de transformação social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Currículo; Formação leitora e escritora.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil, dado o seu processo histórico-social, configurou-se a partir de um caráter explicitamente excludente. O despreparo das camadas populares para a participação consciente, cidadã, sempre foi uma constante na história política do país. Porém, nos últimos anos, vivencia-se uma série de tentativas nacionais e estaduais para a consolidação da modalidade de ensino voltada para jovens e adultos. Estas visam diminuir o abismo latente que há entre a teoria e a prática dos estudantes desta modalidade.

Em 2009, foi instituída pelo Governo do Estado da Bahia a *Política de EJA da Rede Estadual* que apresenta uma proposta curricular baseada em eixos temáticos, por áreas de conhecimento. Com a implantação dessa Proposta Curricular muitos questionamentos vêm sendo feitos.

A gênese dessa pesquisa está no reconhecimento da necessidade de investigar a atual proposta curricular da EJA direcionando o foco para formação leitora e escritora dos estudantes do Eixo VII. Não é possível permitir que os mesmos erros do passado se

¹ Graduada em Letras – UNEB; Especialista em Educação de Jovens e Adultos – UNEB; professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, lotada no Colégio da Polícia Militar Anísio Teixeira- Teixeira de Freitas-Bahia. Endereço eletrônico: deniselsantiago@gmail.com

repetam em que uma proposta curricular era implantada e ninguém questionava. É preciso investigar, analisar e propor mudanças que atendam aos anseios de homens e mulheres que acreditam no ensino oferecido na EJA. Portanto, o objetivo da pesquisa foi analisar a ausência do componente curricular Língua Portuguesa, no III Tempo Formativo, Eixo VII, a partir do olhar dos educandos.

Os participantes da pesquisa são estudantes do III Tempo Formativo, Eixo VII da Rede Estadual de Ensino do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa e Colégio Estadual Henrique Brito, do município de Teixeira de Freitas – Bahia. Para coleta de informações foi aplicado um questionário contendo perguntas fechadas e abertas aos educandos. As escolas foram escolhidas por terem números consideráveis de matrículas nas turmas do Eixo VII (verificados junto à Direc 09).

A pesquisa se faz relevante por acreditar que a Educação de Jovens e Adultos que está inserida no contexto educacional há muito tempo, não está em consonância com a realidade atual. Estudos demonstram que esta modalidade de ensino ainda não contempla os objetivos propostos na legislação no que diz respeito principalmente a constituição curricular e nem atendendo as expectativas dos estudantes em busca do acesso a um conhecimento que visa atingir o objetivo principal de uma educação que não se alheia a neutralidade, mas que traga consigo uma intenção político e social, sinalizando a possibilidade de um fazer participativo, consciente e crítico.

1 CURRÍCULO EDUCACIONAL DA EJA – ORGANIZAÇÃO POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

Dentre alguns fatores que podem contribuir para que a EJA aconteça de maneira integral está a constituição curricular. A partir de percepções que questionam o sistema escolar, chega-se a compreensão de que é necessária uma análise crítica do currículo posto e atentar para que não passe despercebido em todo o processo de ensino e aprendizagem, como discorrem Moreira e Silva (1994, p. 08):

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares.

Analisa-se que a constituição do conceito curricular pode ser definida sob várias perspectivas, mas é sempre plausível compreender com olhar crítico, pois segundo

Moreira e Silva (1994) a transmissão curricular não deve ser absorvida de maneira passiva, mas com espaço para criar, recriar, produzir e principalmente questionar e ir além de uma dada cultura, política e social.

Analisando o foco deste estudo, a Educação de Jovens e Adultos, mais especificamente no Estado da Bahia, tem atualmente uma constituição curricular baseada em eixos temáticos, por área de conhecimentos. A proposta entrou em vigor a partir do ano de 2009, com a publicação em Diário Oficial de 16 e 17 de maio do mesmo ano, da Portaria nº 9.918/09, tendo a seguinte estrutura (Política de EJA da Rede Estadual, 2009):

Nomenclatura da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Bahia (últimos 06 anos)

Curso Anterior (EJA) (Proposta curricular anterior à 2009)	Nomenclatura em outros cursos de EJA	Matrícula a partir de 2009
EJA I • Estágio I • Estágio II • Estágio III	Fundamental • 1ª série • 2ª e 3ª série • 4ª série	1º Tempo Formativo • Eixo I • Eixo II • Eixo III
EJA II • Estágio IV • Estágio V	Fundamental • 5ª e 6ª série • 7ª e 8ª série	2º Tempo Formativo • Eixo IV • Eixo V
EJA III • Áreas I e II • Área III	Ensino Médio Tempo de Aprender III	3º Tempo Formativo • Eixo VI • Eixo VII

Uma das finalidades da LDB para o final do Ensino Médio é o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, 1996, p.19). Isso demonstra o quanto o ser humano – como cidadão – deve construir meios para ter autonomia, buscar seu lugar na sociedade de maneira crítica e não se deixar marcar pela ideologia dos grupos dominantes. Para constatar que a inserção do ser humano como sujeito crítico em seu meio social está relacionada à educação, esta precisa atuar de forma a valorizar o educando e não se tornar um meio de reparar problemas históricos.

Dentre as muitas características encontradas no Parecer que norteiam o próprio documento que estabelece as Diretrizes Curriculares da EJA, a primeira a chamar atenção pelo caráter de justificativa, é a explicação sobre a função reparadora da EJA. O Parecer (2000, p.09) coloca que:

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

Argumenta-se no Parecer que para a EJA atribui-se a condição de auxiliar na eliminação das discriminações, buscando a construção de uma sociedade menos desigual e mais justa. Para tanto se faz necessária a inserção do conjunto de brasileiros vítimas de uma história excludente através de funções e situações pedagógicas específicas. É atribuída à EJA a noção reparadora de uma dívida social, que deve assumir a tarefa de estender a todos os que não tiveram a oportunidade de escolarização o acesso e o domínio da escrita e da leitura como bens igualitários dentro ou fora da escola, sem a preocupação, muitas vezes, com a realidade vivenciada por estas pessoas.

Moreira (2008) traz a concepção de que sempre houve na literatura pedagógica a preocupação de trazer a realidade para dentro da escola, porém sempre se ouviu questionamentos de alunos sobre a utilidade dos conhecimentos aprendidos em sala de aula. Comprovando esta realidade, em se tratando do ensino da linguagem, mais especificamente na produção textual, Irandé Antunes (2009) aponta que os diferentes usos sociais da escrita devem ser a base para os textos produzidos na escola. Os questionamentos dos alunos podem ser gerados pelo fato das práticas de escrita utilizadas na escola excluírem o convívio social em que eles estão inseridos.

A leitura, a escrita, a interpretação, o ensino da língua de um modo geral, como componente curricular carrega consigo aspectos decisivos para a formação crítico-social dos estudantes por toda a vida, e não apenas na educação sistematizada. Além de ser necessário para contextualização e aprendizagem dos conhecimentos científicos em todas as áreas, é explícita a necessidade deste componente em outros contextos sociais. Como bem coloca Kuenzer (2002, p.101):

Leitura, escrita e fala não são tarefas escolares que se esgotam em si mesmas; que terminam com a nota bimestral. Leitura, escrita e fala – repetindo – são atividades sociais, entre sujeitos históricos, realizadas sob condições concretas, promovendo a formação do sujeito crítico e reflexivo, uma vez que é através do desenvolvimento dessas habilidades que os estudantes podem posicionar-se em situações, sejam elas cotidianas ou não, com autonomia. Cabe à escola a tarefa de oportunizar ao estudante situações de ensino-aprendizagem que contextualizam os conhecimentos que os mesmos já trazem quando chegam à escola e os que vão adquirindo nas aulas, sem que haja ruptura.

A leitura e a escrita devem ser compreendidas em diversos e múltiplos sentidos, visto que cada uma destas ações irá adquirir significado pessoal dado por cada leitor/escritor ao longo do seu percurso de formação.

Na grade curricular do Tempo Formativo III, tanto no Eixo VI, quanto no Eixo VII, objeto deste estudo, o aluno terá que em um ano, ter acesso a todos os conteúdos concernentes ao Ensino Médio Regular com duração de 03 anos. Por reconhecer a importância dos estudos de Língua Portuguesa considera-se que a não continuação do componente curricular no Eixo VII pode trazer diversas dificuldades no processo de formação dos alunos, pois a leitura é vital para a construção de conhecimento, independente da disciplina. Há pesquisas que comprovam a importância da interpretação de textos e das diversas linguagens para a vida escolar do sujeito, como a pesquisa realizada e divulgada pela Folha de São Paulo² sobre as respostas dos candidatos às questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A empresa contratada pela Folha de São Paulo, concluiu depois da aplicação de um simulado que “os estudantes se saem mal em questões que cobram leitura de notícias e interpretação de textos em avaliações como a do Enem”. A pesquisa demonstra também que em português “interpretação de textos é o segundo tópico com mais erro: tem 41,7% de índice de incorreções”. A pesquisa vem afirmar a necessidade de dedicar mais estudos sobre a formação do leitor consciente e autônomo.

Diante da atual proposta curricular da EJA é preciso questionar e pesquisar se os componentes curriculares que são contemplados no Eixo VII, do Tempo Formativo da EJA, estão dando conta de alcançar os objetivos propostos para o ano letivo e ainda inserir uma didática que possa oferecer a interpretação, a leitura e a escrita como campos de atuação constantes em sala de aula.

2.0 ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS INFORMAÇÕES

² O Jornal Folha de São Paulo em parceria com a empresa de tecnologia educacional Adaptiva, abriu inscrições para um simulado on-line para o ENEM Exame Nacional de Ensino Médio, com questões objetivas e redação.

Com 180 perguntas inéditas, o simulado aconteceu entre os dias 16 a 22 de setembro de 2013 no site da Folha e o usuário fazia no dia e horário que quisesse, em até quatro horas e meia por etapa. As questões foram desenvolvidas por professores da Adaptativa, distribuídas pelas quatro grandes áreas do conhecimento do Enem: ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e redação e matemática. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/10/1361236-aluno-erra-questao-sobre-temas-recentes-em-provas-como-enem.shtml> Acesso em: 01/11/2013.

Um trabalho de pesquisa não surge do nada. É fruto de uma realidade que inquieta, que traz questionamentos. Assim faz-se necessária a construção gradativa pautada de maneira minuciosa através de objetivos, procedimentos, análises e buscando resultados inteiros.

Quanto à abordagem da pesquisa optou-se pela perspectiva mista que segundo Creswell (2007) é uma combinação entre as formas qualitativa e quantitativa. O autor aponta que essa abordagem é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados “envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada” (Creswell, 2007, p.27). A convergência ou divergência das observações obtidas é resultado do procedimento escolhido que fundamenta o trabalho.

Os participantes da pesquisa são 45 alunos, sendo 29 da escola Ruy Barbosa e 16 da escola Henrique Brito. Nas duas unidades escolares percebeu-se que os estudantes em sua grande maioria são mulheres. Do total pesquisado 55,55% são do sexo feminino e 44,44% são do sexo masculino. Quanto a faixa etária observa-se um processo de jovialidade, onde dos 45 pesquisados, 64% estão na faixa etária de 17 a 23 anos, o que mostra que o público da EJA não é mais composto somente por pessoas com idades mais avançadas e por trabalhadores excluídos, inclusive historicamente, de seu direito à educação. Fazem parte da Educação de Jovens e Adultos, aquele adolescente, por muitas vezes repetente no ensino regular, não teve opção senão “encurtar” o tempo na escola, e ainda, o jovem que por pertencer a uma classe não abastada economicamente, precisa trabalhar para ajudar no sustento da família, quando este já não tem sua própria família dependendo de si para o sustento.

Quando perguntados sobre a intenção de continuidade dos estudos, dos 45 entrevistados, 68,88% dos alunos dos entrevistados pretendem prosseguir os estudos, enquanto um único aluno quer após o término do ensino médio somente ingressar no mercado de trabalho. O que chama atenção é que nenhum dos entrevistados marcou a opção parar de estudar.

Com isso, nota-se a importância de propiciar a esses educandos uma educação de qualidade capaz de auxiliar na progressão de seus estudos. O próprio documento elaborado pelo Governo do Estado da Bahia (2009) traz a concepção de continuidade quando coloca que um dos compromissos do Estado com a Educação de Jovens e Adultos é “garantir o princípio básico de que todo ser humano tem direito à formação na

especificidade de seu tempo humano, assegurando-lhe outros direitos que favoreçam a permanência e a continuidade dos estudos.” (BAHIA, 2009, p.14). Porém, nunca houve estímulos efetivos por parte do sistema governamental para que o educando da EJA continuasse os estudos. Eram tomadas medidas que não promoviam ações para que possibilitassem estudos futuros, ou seja, não era oportunizada a educação continuada. Na atualidade ainda é visível a postura omissa em relação a este compromisso e isso reflete-se na formatação curricular que temos atualmente no ensino médio da EJA.

Em outra questão que corresponde à importância do estudo, a maioria 68,88% acredita que a escola possibilita o desenvolvimento pessoal e profissional. Outros 19,99% acreditam que a escola contribui para ter um trabalho melhor. É importante ressaltar aqui que dois estudantes optaram por duas respostas.

Neste contexto, o aspecto que mais se destaca é a preocupação dos pesquisados com o mercado de trabalho. Na LDB nº 9.394/96, Inciso II do art.35 (p. 07), diz: “II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

Porém, neste aspecto, o que envolve a qualificação profissional dentro da educação escolar recai sobre a tentativa de se atender a um contingente capitalista, como coloca Freitas (2008, p.114) “as transformações socioeconômicas, de interesse dos países centrais, que atingem os países periféricos do capitalismo têm sérias repercussões para a educação”. Portanto, o próprio educando da EJA vê-se dominado pela necessidade de estudar para satisfazer a um contingente cada vez mais exigente, que é o mercado de trabalho.

O que também se confirma em outra questão que discorre a respeito dos motivos que levaram o estudante a escolher a EJA. A análise das informações demonstra que 62,22% optou pela EJA devido às exigências do mercado de trabalho, enquanto 22,22% optou pela EJA devido a repetência no ensino regular.

Na questão de como os estudantes que colaboraram com a pesquisa consideram o ensino oferecido pela EJA, 42,22% consideram regular, enquanto ruim e bom ficaram com o mesmo percentual 19,99%.

Neste contexto, a análise das respostas permite afirmar que os alunos participantes da pesquisa apesar de verem na EJA um meio de se integrar ao mercado de

trabalho e de desenvolverem-se pessoalmente e profissionalmente, não estão satisfeitos com o ensino oferecido na modalidade, não atendendo às suas expectativas.

Nesta questão sobre o componente curricular que este estudante do eixo VII não tem, mas que gostariam que tivesse: 64,44% optaram por Português, em seguida Inglês e História com 24,44%.

Quando indagados o motivo da disciplina que escolheram, as respostas foram bem variadas em relação à Língua Portuguesa:

“Por ser uma matéria que nos ajudam no dia a dia o português é a vida dos estudantes.” (Estudante 03).

“Pois esta matéria é muito utilizada em provas e vestibulares.” (Estudante 38).

“Abrange as formas de comunicação e é uma matéria muito cobrada em vários aspectos da vida.” (Estudante 25).

Como verificado nas falas de alguns dos alunos que participaram da pesquisa, pode-se afirmar que os estudantes reconhecem a importância do componente curricular Língua Portuguesa no seu processo de formação. Faz-se cada vez mais necessário o questionamento sobre a atual constituição curricular para EJA, Ensino Médio.

De acordo com Antunes (2009) as propostas de leitura e escrita centradas nas diversidades culturais e em suas funções comunicativas, leva ao estudo de gêneros e de estratégias para construção e apreensão de intenções e significados e isto deve ser pensado e avaliado constantemente. Percebe-se que não é preciso discorrer a respeito da importância do domínio da língua e nem de sua interação fora do sistema de ensino. Tudo o que contempla a língua, seja leitura, produção textual, gramática e interpretação por muito tempo ficou vinculado somente às aulas de Língua Portuguesa.

A última questão foi aberta para que o estudante escrevesse se mudaria ou não algo no Eixo VII da EJA. 19,99% escreveram que não mudariam nada e também 19,99% deixaram a lacuna em branco. Enquanto 59,99% deram sugestões, bem variadas, algumas citadas por mais de um estudante:

“Colocaria todas as matérias, tanto faz no 6 ou no 7.” (Estudante 06).

“Eu primeiramente colocaria o ensino igual ao regular e colocaria mais aulas.” (Estudante 07).

“Colocaria a matéria Português e adicionaria os conteúdos mais importantes das outras matérias, como por exemplo, focar na preparação para vestibular, ENEM e etc.” (Estudante 25).

“Acrescentaria a matéria Português e deixaria a ter 5 aulas.”
(Estudante 26).

“Trocaria a matéria de Artes por Língua Portuguesa, seria bem mais útil.” (Estudante 27).

As falas são coerentes com todo o decorrer da pesquisa, que demonstram o desejo de continuidade de estudos e um redimensionamento do que é ofertado atualmente na EJA. Então é preciso discutir a necessidade de se fazer uma política educacional que alcance todos os anseios que o estudante da Educação de Jovens e Adultos possui.

Outra questão relevante sinalizada na análise dos dados é em relação ao educador, que na proposta parece ter toda a estrutura necessária para realizar seu trabalho de maneira coerente e consistente. Porém, diante de todo contexto citado em relação à estrutura curricular por Tempos Formativos, fica demasiadamente escassa a possibilidade de intervenção e de estabelecer diálogo com outras áreas do conhecimento, especificamente com Língua Portuguesa, mesmo considerando que a leitura, a compreensão e a escrita se fazem no interior de cada prática educativa. A partir das falas dos educandos, pode-se considerar que o fato de ter que contemplar conteúdos dos três anos pertencentes ao Ensino Médio em apenas um, o professor enxerga-se em uma situação opressora e arbitrária em que não dá conta de atender às demandas de seu componente curricular, quanto mais estabelecer conexão com a língua, mesmo que esta seja inerente ao seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento intitulado *Política de EJA na Rede Estadual*, do Governo do Estado da Bahia, que entrou em vigor em 2009, traz que sua concepção se deu a partir da escuta por meio de vários espaços dialógicos, como fóruns, seminários, encontros e coleta de dados através de questionários respondidos pelos educandos de diferentes escolas e cursos de EJA, espalhados pelo interior e capital do Estado. Ainda coloca que “será através da efetivação de espaços de diálogo e da formação continuada e em serviço dos(as) educadores(as) que será possível tornar esta política uma realidade palpável nas salas de aula da rede estadual”.(BAHIA, 2009, p.22)

A pesquisa teve por objetivo analisar a ausência do componente curricular Língua Portuguesa sob a perspectiva dos estudantes que compõem o Eixo VII da EJA das escolas pesquisadas. O que se questiona é se realmente a proposta é fruto da escuta dos segmentos interessados em uma educação transformadora, principalmente dos partícipes desta modalidade – os alunos.

A análise das respostas dos estudantes que participaram da pesquisa realizada nas turmas de Eixo VII mostra que os educandos estão insatisfeitos com a atual proposição da Educação de Jovens e Adultos do Estado, pois ainda não percebem que o ensino oferecido dará condições de continuar os estudos; desenvolverem-se pessoalmente e profissionalmente para se inserirem no mercado de trabalho.

A própria formação de leitores e escritores, conscientes e críticos, ainda inquieta, pois é nítida a lacuna deixada pela falta destas ações dentro da modalidade para a construção de conhecimento em todas as áreas de ensino. Esta lacuna foi evidenciada através das respostas dos educandos que participaram desta pesquisa. E a partir desta análise pode-se afirmar que reestruturar uma política curricular precisa muito mais que estar amparado por uma Lei, implica em rever concepções e objetivos da educação, de modo a corresponder às novas necessidades requeridas pela sociedade e pelos jovens e adultos que compõem a EJA.

A discussão não se esgota aqui, uma vez que há muito a se investigar a respeito da *Política de EJA na Rede Estadual*, entretanto a pesquisa realizada poderá contribuir para as futuras discussões e estudos sobre currículo da EJA, que continua sendo um desafio atual para aqueles que reconhecem que não basta ter acesso a educação escolar, é preciso uma prática pedagógica que possibilite construir um futuro com possibilidades reais de autonomia e uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia / **Política de EJA da Rede Estadual**. 2009. Disponível em: [http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/documentos / Proposta_da_EJA.pdf](http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/documentos/Proposta_da_EJA.pdf) Acesso: 01/10/13.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000** - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf Acesso em: 09/09/13.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB1/2000** - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> (Acesso: 09/09/2013)

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler** : Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas – SP: Papirus, 2008.

KUENZER, A. (Org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomás Tadeu (orgs) **Currículo Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.